

Brasil

O assassinato do jornalista Ajuricaba Monassa, em julho, perto do Rio de Janeiro, e o atentado, em maio, contra o apresentador de uma rádio comunitária, são testemunhos da persistente violência contra a imprensa local. Intimidações e atos de censura contra a mídia também ritmaram a campanha eleitoral de outubro.

Ajuricaba Monassa de Paula, 73 anos, não sobreviveu ao espancamento que lhe infligiu o vereador Osvaldo Vivas, em 24 de julho de 2006, em Guapiririmim (Estado do Rio de Janeiro). O jornalista independente pagou com a vida o fato de ter denunciado práticas financeiras duvidosas na administração do município. Dois meses e meio antes, em Quiterianópolis (Nordeste), o cronista de uma rádio comunitária, Carmelo Luís de Sá, quase fora baleado durante o programa, em atentado cometido pelo próprio filho do prefeito da cidade.

Continuam grandes os riscos de represálias à imprensa brasileira, principalmente à imprensa local. Após ter revelado o tráfico de cadáveres por uma organização mafiosa da região do Rio de Janeiro, a jornalista Maria Mazzei, do diário *O Dia*, teve que se esconder, no final do mês de agosto. As autoridades policiais e judiciais locais freqüentemente demoram a reagir, isso quando as primeiras não são cúmplices de atos de intimidação ou ameaças. Em 7 de junho, a queixa dada por Vilmar Berna, defensor do meio ambiente e diretor do *Jornal do Meio Ambiente* de Niterói (Estado do Rio de Janeiro), em virtude de reiteradas ameaças de morte, levou mais de um mês para chegar à Justiça. Mas, para isso, foi necessário que o diário nacional *Folha de São Paulo* publicasse um artigo sobre o caso. No auge dos motins desencadeados em São Paulo pela organização mafiosa Primeiro Comando da Capital (PCC), três homens fortemente armados e encapuçados invadiram a redação do diário *Imprensa Livre*, agrediram os sete funcionários presentes e queimaram 3 000 exemplares da edição de 18 de maio. No total, foram registrados cerca de 40 casos de ameaças e agressões, além de pilhagem de quatro veículos da mídia, durante o ano que passou.

A imprensa nacional não foi poupada quando explodiu um escândalo envolvendo pessoas próximas ao Presidente Lula, pouco antes das eleições gerais de 10 e 29 de outubro. No dia 15 de setembro, um militante do Partido dos Trabalhadores (PT, partido de Lula), Gedimar Passos, foi preso num hotel de São Paulo quando carregava maleta contendo 600 000 euros. Tal soma de dinheiro deveria servir para comprar um dossiê que comprometia o Partido da Social-Democracia (PSDB) e seu chefe, Geraldo Alckmin, vencido por Lula em 29 de outubro.

Dois dias depois do segundo turno da eleição presidencial, três jornalistas do semanário *Veja*, intimados a comparecer ao escritório da Polícia Federal em São Paulo, foram vítimas de pressões para revelarem suas fontes. Em 8 de novembro, o diário *Folha de São Paulo* anunciou que seu escritório de Brasília tinha sido colocado sob mesa de escuta pela Polícia Federal, ainda no âmbito do inquérito sobre o « escândalo do dossiê ». Os policiais queriam identificar os jornalistas que haviam mantido contato com o intermediário Gedimar Passos.

No nível local, a campanha eleitoral também fez vítimas. Em 1º de outubro, o *Diário de Marília*, com sede na cidade do mesmo nome (Estado de São Paulo), foi invadido por partidários do ex-prefeito, Abelardo Camarinha, e de seu filho, deputado local. Os dois homens já estavam sob suspeita de serem os mandantes do incêndio doloso da redação do jornal, em 8 de setembro de 2005. De agosto a outubro, jurisdições eleitorais, regionais ou federais deferiram pedidos de candidatos aos cargos de senador, deputado ou governador, determinando a proibição de publicação, confisco de material ou início de ações na justiça contra a mídia ou sites de informação nos Estados do Amapá, Minas Gerais, Paraná e Distrito Federal.

Apesar desses entraves e do vigor da Lei de Imprensa de 9 de fevereiro de 1967, herdada da ditadura militar, que prevê penas de prisão para delitos de imprensa, o Governo Federal deu passos em prol da liberdade de expressão. Em 3 de maio, o Presidente Lula assinou em pessoa a Declaração de Chapultepec, da Sociedade Interamericana de Imprensa, sobre liberdade de informação e expressão. Em 26 de julho, o inquilino do Planalto opôs veto ao projeto de lei que regulamentava a profissão de jornalista e tornava obrigatórios diploma universitário e filiação a uma estrutura colegial. A polêmica dividiu a imprensa brasileira e as duas principais jurisdições federais se contradisseram relativamente à questão do diploma obrigatório : em 8 de novembro, o Superior

Tribunal de Justiça pronunciou-se a favor da obrigação ; o Supremo Tribunal Federal, cuja voz é preponderante, recusou-a por unanimidade quinze dias mais tarde.

Internet

A blogosfera brasileira inflamou-se após o fechamento de "Repique no meio do mundo". Neste caso, em 17 de agosto de 2006, a justiça eleitoral brasileira simplesmente ordenou ao responsável pelo blog que retirasse a caricatura de um candidato ao cargo de senador. Em seguida, foi o *host* do blog, UOL, que determinou, por iniciativa própria, o fechamento da publicação. O caso "Repique no meio do mundo" constitui um inquietante precedente, pois poderia incitar *hosts* da rede brasileira a censurarem publicações *on line*, independentemente de qualquer decisão judicial.